

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. ("Qualicorp Clube de Saúde" ou "Empresa") referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Apresentação

A Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. oferece planos coletivos por adesão de assistência à saúde e planos odontológicos, proporcionando serviços de qualidade com custo-benefício. A Empresa é registrada na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o número 41929-0.

Política de Destinação dos Lucros

A Empresa, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados. Por deliberação dos sócios, o lucro líquido poderá ser:

- Distribuído na forma de dividendos, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em contas de reservas, ou capitalizado.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Em um cenário desafiador para o setor de saúde e para a economia, a Companhia tem focado na retenção de clientes, oferecendo produtos mais acessíveis e um atendimento qualificado. Esforços também são direcionados para soluções de pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade.

Mesmo com todos os obstáculos, 2025 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na estratégia de retomada do crescimento. Durante o último ano, continuamos o processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa.

Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A Empresa priorizará uma melhor alocação de capital ao longo de 2025, com o objetivo de aumentar significativamente a geração de caixa livre. As principais ações serão: i) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os discricionários, buscando maior eficiência operacional; ii) melhora no capital de giro; iii) otimização da estrutura tributária.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Empresa afirma que ao final do ano de 2025, detém capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 76.902, tendo capacidade financeira de cumprir com seus compromissos de curto prazo. Adicionalmente, a Empresa não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A Administração manteve ao longo do ano a capacidade financeira e o curso normal das operações da Empresa, e cumpriu suas obrigações perante a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

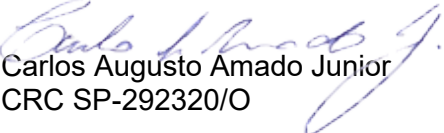


**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O


Carlos Augusto Amado Junior
CRC SP-292320/O

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		111.488	92.379	PASSIVO CIRCULANTE		34.586	35.962
Disponível	7	38.127	29.065	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		32.416	17.333
Realizável		73.361	63.314	Contraprestações / Prêmios a Restituir		1.593	694
Aplicações Financeiras	8	4.041	26.811	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	15	4.702	5.049
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	2.273	2.688	Débitos de Operações de Administração de Benefícios	14	26.121	11.590
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		2.273	2.688	Provisão para IR e CSLL		80	1.863
Créditos Tributários e Previdenciários	12	5.369	16	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		335	305
Bens e Títulos a Receber	10	61.605	33.721	Débitos Diversos	16	1.755	16.461
Despesas Antecipadas		73	78	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.392	2.952
				Débitos Diversos	16	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.824	20.281	Provisões		2.392	2.952
Realizável a Longo Prazo		5.159	9.699	Provisões para Ações Judiciais	17	2.392	2.952
Créditos Tributários e Previdenciários	12	4.553	8.904	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.334	73.746
Depósitos Judiciais e Fiscais		389	795	Capital Social	18	45.133	45.133
Despesas Antecipadas		217	-	Reserva de Capital		2.895	2.895
Intangível	13	2.665	10.582	Reservas de Lucro		34.306	25.718
TOTAL DO ATIVO		119.312	112.660	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		119.312	112.660

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		48.242	53.762
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		51.660	57.502
Receitas com Administração		51.660	57.502
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(3.418)	(3.740)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(28.415)	(45.867)
Receitas com Outras Operações de Planos de Assistência à Saúde		24	32
Outras Receitas Operacionais		20	92
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(27.031)	(43.753)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	19	(17.750)	(28.053)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(9.281)	(15.700)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(1.428)	(2.238)
RESULTADO BRUTO		19.827	7.895
Despesas Administrativas	20	(15.277)	(15.593)
Resultado Financeiro Líquido	21	5.808	5.318
Receitas Financeiras		7.618	7.440
Despesas Financeiras		(1.810)	(2.122)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		10.358	(2.380)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	22	5.809	(7.480)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22	(4.351)	4.655
Participações sobre o Lucro		(12)	3
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.804	(5.202)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.804	(5.202)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	11.804	(5.202)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Reserva de Capital	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		45.133	2.753	30.840	2.895	-	81.621
Prejuízo líquido do exercício		-	-			(5.202)	(5.202)
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(5.202)	-	5.202	-
Dividendo proposto		-	-	(2.673)	-	-	(2.673)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		45.133	2.753	22.965	2.895	-	73.746
Lucro líquido do exercício	18					11.804	11.804

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		427.329	499.129
(+) Resgate de aplicações financeiras		41.034	123.569
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		4.146	3.520
(+) Outros Recebimentos Operacionais		57.904	1.471
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(391.990)	(459.319)
(-) Pagamentos de Pessoal		(728)	(813)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(349)	(79)
(-) Pagamentos de Tributos		(2.950)	(7.689)
(+) Aplicações Financeiras		(18.378)	(150.810)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(103.740)	(12.796)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	23	12.278	(3.817)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		(3.216)	(8.327)
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos / Financiamentos / Leasing		-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(3.216)	(8.327)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA			
		9.062	(12.144)
Caixa - saldo inicial	7	29.065	41.209
Caixa - saldo final	7	38.127	29.065
Ativos livres no início do ano (*)	7	29.065	41.209
Ativos livres no fim do ano (*)	7	38.127	29.065
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		9.062	(12.144)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

QUALICORP CLUBE DE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 *Informações Gerais*

a) Contexto operacional

A Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. ("Clube de Saúde" ou "Empresa"), é uma sociedade limitada, constituída em 7 de outubro de 2013, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Grupo Qualicorp"), cujo objeto social é atuar como "administradora de benefícios", conforme as Resoluções Normativas nº 195 e nº 196 da Agência de Saúde Suplementar ("ANS"), sem a assunção do risco da operação, atuando ou não como estipulante na contratação coletiva de planos, representando e prestando serviços para pessoas jurídicas contratantes de planos privados de assistência à saúde, coletivos, participantes e beneficiários de planos de assistência à saúde e odontológico, que tenham aderido à contratos coletivos. A autorização de funcionamento está registrada sob o nº 419.290.

As operações da Empresa são conduzidas através das empresas do Grupo Qualicorp, por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2 *Apresentação das Demonstrações Financeiras*

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

3 *Políticas Contábeis*

As políticas contábeis materiais adotadas foram as seguintes:

Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto
- c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras como um todo centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

iii. Aplicações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras incluem (i) cotas em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado não exclusivo de renda fixa, é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos; e (ii) aplicações financeiras mantidas como ativo garantidor de acordo com a Resolução normativa 514/22 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus

recursos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, normativa referenciada acima encontra-se revogada pela Resolução normativa 569/22, que desobriga as administradoras de benefícios a manterem aplicações como ativo garantidor.

iv. **Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.**

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Empresa) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Empresa), com exceção dos casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 90 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios".

v. **Provisão para perdas sobre créditos**

Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, as Administradoras de Benefícios do Grupo Qualicorp que assumem o risco de crédito reconhecem no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual de inadimplência identificado no estudo interno de inadimplência da Empresa sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo.

A Empresa também analisa a curva de recebimento para estimar a perda esperada para os saldos de contas a receber.

vi. **Intangível**

Está representado principalmente: (i) pela aquisição de cessão de direitos adquiridas de terceiros; (ii) acordos de não competição, (iii) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros e (iv) e pelo custo incremental para obtenção de novos contratos com clientes.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

vii. **Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)**

No final de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é

estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

viii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, a Empresa constitui imposto de renda e contribuição social diferidos sobre: (i) diferenças temporárias; e (ii) prejuízo fiscal, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, o montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Empresa e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

ix. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de venda de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

- Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.
- Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

x. **Provisões para ações judiciais**

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, avalia que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa é provável, quando a saída de recursos para a liquidação das obrigações é inevitável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica; e
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível.

4 Estimativas, Julgamentos e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que se entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Empresa forma seu julgamento sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Empresa adota as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) **Provisão para riscos cíveis**

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos e aos pagamentos realizados, que podem de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de \$ 173.

b) **Provisão para perdas esperadas de contas a receber de clientes**

Calculada através de um percentual identificado em estudo interno da Empresa sobre os respectivos faturamentos, que considera uma média ponderada de inadimplência histórica dos últimos 24 meses.

Em 31/12/2025 percentual médio ponderado aplicado é de 2,38% (mesmo percentual em 31/12/2024).

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações e mensurações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo amortizado	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	2.049	-	29.020
Aplicações financeiras	-	4.041	-	26.811
Créditos de operações de administração de benefícios	2.273	-	2.688	-
Bens e títulos a receber - ativo circulante e não circulante	61.605	-	33.721	-
Depósitos judiciais e fiscais - ativo não circulante	389	-	795	-
Total dos ativos financeiros	64.267	6.090	37.204	55.831
Passivos financeiros:				
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	4.702	-	5.049	-
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.593	-	694	-
Débitos de operações de administração de benefícios	26.121	-	11.590	-
Débitos diversos - circulante e não circulante	1.755	-	16.461	-
Total dos passivos financeiros	34.171	-	33.794	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2025	31/12/2024
	Nível 1	Nível 1
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	2.049	29.020
Aplicações financeiras	4.041	26.811

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram transferências entre níveis.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa efetua operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que garantem que estas políticas e estratégias sejam cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Empresa ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Empresa adota como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3 v.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativos e passivos financeiros:			
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7	2.049	29.020
Aplicações financeiras vinculadas	8	4.041	26.811
Total de exposição líquida		6.090	55.831

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº8.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Empresa em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras

variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$762 (R\$ 744 em 31 de dezembro de 2024).

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (como a Empresa não apresenta saldos de empréstimos e financiamentos, o endividamento líquido é representado pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 7 e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 18).

A Empresa está sujeita a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS através da RN nº 569, de 19 de dezembro de 2022, que estabelece um capital regulatório exigido. Este é definido pelo maior valor entre o Capital Base e o Capital Baseado em Risco, sendo que ambos devem ser inferiores ao patrimônio líquido ajustado ("PLA") por efeitos econômicos.

Abaixo demonstramos o patrimônio líquido ajustado por entidade calculado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os quais estão enquadrados à respectiva Resolução Normativa:

	31/12/2025	31/12/2024
PLA	79.597	63.086
Capital baseado em risco	8.187	9.644

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

<u>Descrição</u>	Menos de um ano R\$	Menos de um ano R\$
	31/12/2025	31/12/2024
Débitos de operações de administração de beneficiários	26.121	11.590
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	4.702	5.049
Débitos diversos – circulante e não circulante	1.755	16.461
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.593	694
Total	34.171	33.794

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Empresa iniciou o exercício 2025 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2025, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC18 e ICPC 09	<p>O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao CPC 18 (R3) Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. As mudanças incluem a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis no Brasil com as internacionais.</p> <p>Além disso, a ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às mudanças ocorridas após sua emissão. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. Após avaliação, concluímos que não houve impactos para a Empresa, pois atualmente aplicamos o método MEP na mensuração dos nossos investimentos.</p>
CPC 02	<p>O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações trazidas pelo "Lack of Exchangeability" emitido pelo IASB. Essas alterações impactam o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio.</p> <p>As mudanças visam definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p> <p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Empresa concluiu que não houve impactos devidos a essa mudança.</p>

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

CPC 26	<p>Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras a partir de 1º de janeiro de 2027, com o objetivo de melhorar a qualidade das divulgações financeiras, através da (i) apresentação de subtotais definidos para as demonstrações de resultados do exercício, segregando receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda; (ii) divulgações sobre <i>Management-defined Performance Measures</i> (MPM), ou medidas de desempenho definidas pela Administração, para prover transparência; (iii) e requisitos aprimorados para agregação e desagregação, com a finalidade de fornecer informações úteis. Tais mudanças impactarão a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, cujo ponto de partida será o lucro operacional. A Empresa está avaliando os impactos do novo padrão e irá adequar suas divulgações no período de exigibilidade desta norma.</p>
--------	---

IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: a nova norma, publicada pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i> , simplifica e reduz os custos dos relatórios financeiros das subsidiárias que não têm obrigação pública de divulgação. A norma permite que essas subsidiárias apliquem as normas contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a utilidade das demonstrações financeiras. A IFRS 19 entra em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Empresa está avaliando os impactos desta norma e irá adequar seus requisitos de divulgação no período de exigibilidade desta norma pela ANS.
Lei complementar 214 de 16 de janeiro de 2025.	A Empresa vem acompanhando as alterações no sistema tributário nacional introduzidas pela LC nº 214/2025, especialmente no que se refere à substituição dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) pelos novos tributos sobre o valor agregado, denominados Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em nível estadual/municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em nível federal. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Em razão da necessidade de regulamentação de determinados temas por lei complementar, os impactos da Reforma Tributária somente serão plenamente conhecidos após a finalização do processo de regulamentação. A Empresa continua monitorando a evolução da legislação para avaliar tempestivamente seus efeitos.

7 Disponível

Saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta depósito - movimento – país	36.078	45
Operações compromissadas (a)	2.049	29.020
Total	38.127	29.065

- a) Referem-se às operações compromissadas com lastro em debêntures, com liquidez imediata. A remuneração é com base na taxa DI de 94% a 95%.

8 Aplicações Financeiras

Saldos de aplicações financeiras são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de investimento ANS (a)	-	26.811
Fundo de investimento renda fixa de crédito privado	4.041	-
Total	4.041	26.811

- (a) Aplicações financeiras mantidas como ativo garantidor de acordo com a Resolução normativa 514/22 da ANS. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, normativa referenciada acima encontra-se revogada pela Resolução normativa 569/22, que desobriga as administradoras de benefícios a manterem aplicações como ativo garantidor.

9 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Saldos de créditos de operações de administração de benefícios, são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência (a)	4.913	3.954
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde	(2.640)	(1.266)
Total	2.273	2.688

- a) Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Empresa nos respectivos vencimentos das faturas.

O resumo por idade dos saldos dos créditos a receber é:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	2	293
Vencidos:		
Até 30 dias	2.969	2.489
De 31 a 60 dias	1.078	1.172
Acima de 60 dias (*)	864	-
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (*)	(2.640)	(1.266)
Total	2.273	2.688

(*) A movimentação da provisão para perdas esperada (resultado) é composta como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas efetivas	(7.907)	(14.434)
Perdas estimadas	(1.374)	(1.266)
Saldo no fim do exercício	(9.281)	(15.700)

10 Bens e Títulos a Receber

Saldos de bens e títulos a receber, são apresentados a seguir:

Ativo circulante	21/12/2025	31/12/2024
Valores a receber - operadoras/seguradoras (a)	13.314	33.596
Partes relacionadas	38.200	-
Adiantamentos a fornecedores	10.080	123
Outros títulos a receber	11	2
Total	61.605	33.721

- a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui saldo de provisão para perda no valor de R\$ 5.300 (saldo de provisão para perda de R\$12.376 em 31 de dezembro de 2024) referente a prêmios repassados para as operadoras e seguradoras de saúde.

11 Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas, no ativo e passivo circulantes e não circulantes, são compostos conforme segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações <i>intercompany</i> (i)	38.200	(505)	-	(228)

- i) No ativo refere-se a adiantamento de rateio de juros de debêntures com a controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A., e no passivo a débitos diversos relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.

Abaixo segue quadro com as movimentações de partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nas receitas e despesas:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
Serviços corporativos e rateios (i)	(3.739)	3.739	(4.346)	4.346

- i) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

Quanto ao pessoal chave da Administração, a Empresa não possui despesas com remuneração em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

12 Créditos tributários e previdenciários

Os saldos de ativos e passivos diferidos são compostos a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante:		
Saldo negativo de IRPJ	4.025	16
Base negativa de CSLL	1.344	-
Total do ativo circulante	5.369	16
Ativo não circulante:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo (a)	4.553	12.527
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo (a)	-	(3.623)
Total do ativo não circulante	4.553	8.904
Total geral	9.922	8.920

- (a) Referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros. Ativos e passivos diferidos são apresentados líquidos, pois a Empresa tem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretende fazer ou receber esse pagamento

líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão perda esperada de clientes	1.809	11.116
Provisão de perda de valores a receber de operadoras	1.802	-
Provisões para riscos	813	1.022
Provisão de programa de participação nos resultados - PPR	5	11
Cut off de receita	28	25
Arrendamentos	-	20
Outras provisões	96	333
Ajuste a valor presente	-	(3.623)
Total dos créditos tributários contabilizados	4.553	8.904

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:

	31/12/2025	31/12/2024
12 meses	3.965	12.510
de 13 a 24 meses	588	3
de 25 a 36 meses	-	3
Acima de 36 meses	-	11
Total	4.553	12.527

13 Intangível

Ativos intangíveis estão compostos como segue:

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Amortização Acumulada	Saldo	Custo	Amortização Acumulada	Saldo
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades	13	56.483	(53.818)	2.665	56.483	(45.901)	10.582
Acordo de não competição	20	7.198	(7.198)	-	7.198	(7.198)	-
Softwares	20	29	(29)	-	29	(29)	-
Comissão de Obtenções de Vendas		5	(5)	-	5	(5)	-
Total		63.715	(61.050)	2.665	63.715	(53.133)	10.582

A seguir estão detalhadas as movimentações ocorridas nos ativos intangíveis:

	Saldo 31/12/2024	Amortização	Saldo 31/12/2025
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades	10.582	(7.917)	2.665
Total	10.582	(7.917)	2.665

14 Débitos de Operações de Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Débitos de operações de administração de benefícios (a)	26.121	11.590
Total	26.121	11.590

- (a) Correspondente a faturas de seguro-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas, independentemente do recebimento por parte dos beneficiários.

15 Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios

Os saldos de receita antecipada de contraprestações/prêmios, são compostos conforme segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Antecipações de prêmios de seguros e de processamento de cobrança (a)	4.702	5.049
Total	4.702	5.049

- a) Referem-se e a recebimentos antecipados de cobrança de beneficiários de contratos de planos e seguros-saúde. O montante arrecadado é repassado às operadoras e seguradoras quando do vencimento das respectivas faturas. Os valores foram, substancialmente, repassados às operadoras e seguradoras até o dia 31 de janeiro de 2026.

16 Débitos Diversos

Os saldos de débitos diversos, nos passivos circulante e não circulante, são compostos conforme segue:

Descrição:	31/12/2025	31/12/2024
Valores Identificar seguradoras/operadoras (a)	662	15.699
Reembolso de despesas a pagar	376	130
Devolução a Beneficiários	233	172
Obrigações com pessoal	58	99
Outros	426	361
Total	1.755	16.461

- a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.

17 Provisões para ações judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2023	Adições	Reversões	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
Cíveis (a)	1.862	779	(340)	2.301	172	(746)	1.727
Regulatório - ANS (b)	607	142	(110)	639	1.183	(1.157)	665
Trabalhistas e previdenciárias (c)	12	-	-	12	-	(12)	-
Total	2.481	921	(450)	2.952	1.355	(1.915)	2.392

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2025:

- A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$1.727 (R\$2.301 em 31 de dezembro de 2024), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, no montante de R\$27 (R\$2.312 em 31 de dezembro de 2024) nenhuma provisão foi constituída. As principais causas versam sobre (i) percentual de reajuste aplicado aos contratos. Sejam eles reajustes anuais ou por faixa etária; (ii) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado.
- A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$665 (R\$639 em 31 de dezembro de 2024) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão, e de R\$1.070 (R\$315 em 31 de dezembro de 2024) avaliado como perda possível, para o qual não foram constituídas provisões.
- A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas em andamento, sendo o montante de R\$783 avaliado como perda possível (nenhum processo avaliado como perda possível em 31 de dezembro de 2024), para o qual não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre questões relativas à jornada de trabalho.

Adicionalmente, a Empresa é parte passiva em processos tributários em andamento, cuja probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída. Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R\$29.553 (R\$28.034 em 31 de dezembro de 2024) e referem-se a autos de infração envolvendo a definição do local de recolhimento do ISS devido pela Empresa, exigência de TFE e imputação relativos aos anos de 2016 e 2018. A Empresa interpôs recurso em face dessas autuações, que atualmente se encontra pendente de julgamento na esfera administrativa.

18 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Empresa é de R\$45.133 (mesmo montante em 31 de dezembro de 2024), representado por 45.133 quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) totalmente subscritas e integralizadas, sendo a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. detentora de 98,81% das quotas representativas do capital.

Reserva legal

A Empresa destina 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação da reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados, seguindo as mesmas práticas contábeis das demais empresas do Grupo Qualicorp para manter a uniformidade contábil. Em 31 de dezembro de 2025 o valor da reserva legal é de R\$590.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos serem imputados ao dividendo obrigatório.

A Administração da Empresa encaminhou para aprovação em Assembleia a seguinte proposta de destinação do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro 2025:

<u>Destinação do (prejuízo) lucro líquido</u>	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	11.804	(5.202)
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	(3.126)	(2.673)
Constituição de reserva legal	(590)	-
Compensação (constituição) de reserva de lucro	(8.088)	7.875

19 Outras Despesas de operações de Planos de Assistência à Saúde

<u>Descrição</u>	31/12/2025	31/12/2024
Provisão ganhos (perdas) operacionais (a)	7.076	(12.376)
Perdas operacionais (b)	(18.591)	(8.154)
Repasse financeiros de contratos de adesão	(5.211)	(4.941)
Prejuízo na boletagem (c)	(1.584)	(2.111)
Reversão (provisão) de provisões para riscos	560	(471)
Total	(17.750)	(28.053)

- a) Conforme nota explicativa nº 10.
- b) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.
- c) Referem-se aos prejuízos nas operações de administração de planos, onde os beneficiários adquiriram planos contratados com benefícios que são assumidos pela Empresa.

20 Despesas Administrativas

<u>Descrição</u>	31/12/2025	31/12/2024
Depreciações e amortizações	(7.917)	(8.187)
Gastos com pessoal	(3.923)	(4.404)
Processos Judiciais	(2.320)	(1.750)
Gastos com serviços de terceiros	(517)	(579)
Auto de infração	(269)	(192)
Gastos com localização e funcionamento	(1)	(98)
Outras despesas administrativas	(330)	(383)
Total	(15.277)	(15.593)

21 Receitas (Despesas) Financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	5.174	3.919
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	1.833	1.342
Atualização monetária sobre acordo com operadoras	611	2.179
Total de receitas financeiras	7.618	7.440
Despesas financeiras:		
Descontos concedidos	(1.178)	(817)
Despesas bancárias	(530)	(1.164)
Outras despesas	(102)	(141)
Total de despesas financeiras	(1.810)	(2.122)
Resultado financeiro	5.808	5.318

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Empresa nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.

22 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes sobre o lucro são demonstradas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	10.358	(2.380)
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(3.522)	809
Perdas com Créditos Incobráveis	1.436	(3.630)
Despesas não dedutíveis - outras	(41)	(40)
PAT em Dobro	2	20
Recuperação de Perdas	-	12
Outros	3.583	4
Total das despesas de IRPJ/CSLL	1.458	(2.825)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	14,08%	118,70%

23 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

31/12/2025 **31/12/2024**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:

Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	10.346	(2.377)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	7.917	8.187
Perda por redução ao valor recuperável	-	5
Provisão (reversão) para riscos	(560)	470

Variação dos ativos e passivos operacionais:

Redução (aumento) de Créditos de operações de administração de benefícios	415	7.935
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	30	(107)
Aumento (redução) Provisão para IR e CSLL	4.043	(334)
Redução (aumento) de Débitos de operações de administração de benefícios	14.531	(4.850)
Aumento (redução) de Contraprestações / Prêmios a restituir	899	(514)
Redução (aumento) de Bens e títulos a receber	(28.101)	12.928
Redução (aumento) de Despesas antecipadas	5	2
Redução (aumento) de débitos diversos	(14.706)	5.793
Aumento (redução) de Receita antecipada de contraprestações / prêmios	(347)	254
Redução (aumento) de créditos tributários e previdenciários	(5.353)	2.424
Redução (aumento) de depósitos judiciais	406	(47)
Redução (aumento) de aplicações financeiras	22.770	(26.811)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	12.295	2.958
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17)	(6.775)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.278	(3.817)

24 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

Maurício da Silva Lopes
Diretor Presidente

Eduardo de Oliveira
Diretor

Eder da Silva Grande
Diretor Financeiro

Gianfranco Lucchesi
Diretor

Patrícia Hirano Diz
Contadora - CRC. 1SP265232/O-9